



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÀRIA DA CONASQ

Data: 17 de outubro de 2025.

Local: Sala 735, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF e Microsoft Teams

Coordenação da Reunião: Aristeu Júnior (Ministério da Saúde)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

1. Abertura e aprovação da pauta:

O Sr. Aristeu Júnior (Ministério da Saúde), vice-coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos. Informou que a reunião seria gravada para auxiliar na elaboração da memória de reunião.

No convite encaminhado aos membros da Conasq no dia 09/10, havia sido comunicado que único objetivo desta Reunião Extraordinária seria discutir e aprovar o Decreto regulamentador da Lei 14.022/2024. No entanto, foi acrescentado na Pauta um novo tópico “Deliberação e aprovação do TdR do GTP sobre Chumbo”.

Foi encaminhado por e-mail, no dia 08 de outubro, documento limpo da minuta de decreto, elaborado com base nas discussões ocorridas na 3ª Reunião Extraordinária da Comissão. No documento, estavam destacadas apenas as pendências da última reunião e as sugestões encaminhadas pela ACPO.

Foi informado, no mesmo e-mail, que seriam abordados na presente reunião apenas os tópicos que ficaram pendentes para negociação. Em relação ao informado no e-mail, tivemos uma adição referente às contribuições sobre publicidade enviadas pela sociedade civil. Dessa forma, os pontos a serem discutidos seriam os seguintes:

- NCM (como e em que etapa incluir)
- Sugestões de definição encaminhadas pela ACPO
- Devolutiva da CONJUR/MMA sobre a participação de setores não governamentais no Comitê Técnico
- Exclusões (apenas se houver proposta de texto)
- Texto sobre publicidade encaminhado pela sociedade civil
- Aprovação da minuta de Decreto

Esses tópicos estão relacionados especificamente aos artigos marcados com controle de alteração no documento encaminhado aos membros.

Em relação ao tópico “Deliberação e aprovação do Termo de Referência do GTP sobre Chumbo”, o referido termo foi encaminhado no dia anterior para os membros da Conasq.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, e o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wandelely Coelho, questionaram a inclusão do novo tópico de pauta, demonstrando preocupação quanto ao tempo reduzido para analisar a minuta do Termo de Referência.

A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende, explicou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima recebeu recursos externos para desenvolver políticas públicas relacionadas à gestão adequada de chumbo no país e a proposta de criação do grupo de trabalho ocorreu na tentativa de incorporar os setores envolvidos no projeto.

Além disso, na semana seguinte, ocorreria evento para comemorar a Semana Nacional de Combate à Contaminação por Chumbo, ocasião na qual pretendia-se citar as ações da Conasq no tema.

A Diretora de Qualidade Ambiental disse compreender as preocupações apontadas pelos representantes da Abiquim e da CNI e, por isso, providenciaria a impressão do Termo de Referência, para que os membros da Comissão pudessem analisar o documento durante os intervalos de reunião

Feitas essas considerações, a pauta foi aprovada sem alterações.

2. Análise da Minuta do Decreto Regulamentador da Lei 15.022/2024

2.1 Capítulo sobre a Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas

A Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que precisa haver um link entre o importador e o representante exclusivo. A fiscalização deveria saber quando o importador não prestou as informações nos casos em que o cadastro foi feito por outras pessoas. Questionou como isso ocorreria em outros países.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, alegou não ter conhecimento sobre como funciona em outros países, mas sugeriu que seria, provavelmente, através de um contrato entre as partes. O cadastro poderia ser pelo importador direto ou pelo representante exclusivo do fabricante estrangeiro.

A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, e o vice-coordenador da Conasq, Aristeu Júnior, questionaram a necessidade de um parágrafo para tratar do representante exclusivo.

A Diretora de Qualidade Ambiental demonstrou dificuldade de visualizar as três figuras no cadastro: fabricante, importador e representante exclusivo do fabricante estrangeiro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, informou que, no contexto do REACH, o representante exclusivo age como importador da substância, sendo um intermediário legal responsável por toda a parte regulatória. Isso é definido em contrato entre as partes. Numa fiscalização, possivelmente uma documentação deveria ser apresentada. Na definição de

representante exclusivo dada pela Lei 15.022/2024, há menção sobre capacidade financeira, pois essa figura será cobrada inclusive quanto ao pagamento da taxa.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* questionou se precisaria haver aba específica para o representante exclusivo no cadastro. Disse entender que não, pois o representante estaria agindo como importador.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse que esse detalhamento estaria relacionado com desenho do sistema, etapa na qual seria necessário fazer a diferenciação entre as três figuras: importador, representante exclusivo do fabricante estrangeiro e fabricante.

Seguindo, a *Diretora de Qualidade Ambiental* leu o dispositivo que estabelecia uma taxa anual par a manutenção do cadastro.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, leu o art. 37, §1º da Lei 15.022/2024, destacando os fatos geradores da Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas: (1) cadastramento de substâncias químicas; (2) cadastramento de novas substâncias químicas; (3) avaliação de risco de substâncias químicas; (4) análise de solicitação de proteção quanto à divulgação da identidade da substância química e de seu número de registro no CAS, conforme disposto no §2º do art. 29 da referida Lei. A *representante da Abiquim* explicou que, de acordo com o Código Tributário Nacional, uma taxa só pode ser estabelecida em Lei. Por isso, a posição da Associação seria de excluir o pagamento anual para manutenção do Cadastro e do Inventário Nacional de Substâncias Químicas.

A *representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, retomou o entendimento exposto em reuniões anteriores de que a intenção seria incentivar o cadastro e atualização das informações no sistema. Tirar essa questão de atualização anual comprometeria a lógica por trás da elaboração da taxa. Caso seja uma questão jurídica, o texto originalmente proposto poderia permanecer e, em caso de ilegalidade, o setor jurídico modificaria a redação. Disse que seria estranho uma taxa paga apenas uma vez.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, entendeu que essa questão poderia ser avaliada juridicamente, mas o ponto é entender o que a Lei determina.

A *representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, questionou se o texto poderia ser mantido caso não houvesse impedimento jurídico.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse que o impacto associado precisaria ser avaliado.

a *Diretora de Qualidade Ambiental* releu o art. 37, §1º da Lei 15.022/2024, destacando a menção ao exercício regular do poder de polícia, o qual ocorre regularmente e não apenas uma única vez.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, informou que o Brasil é o único país que cobra taxa para o cadastro de substâncias químicas.

A *representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, questionou como a Abiquim e o setor produtivo pensavam essa questão. Não defendeu um pagamento anual, mas questionou se não seria cabível pagar a Taxa quando houvesse atualizações das informações. Expressou dificuldade

em entender uma taxa que não seja contínua para manutenção das questões acessórias associadas ao cadastro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, reforçou que o entendimento segue o estabelecido pela Lei. Seguindo outros modelos regulatórios, a Taxa é paga quando há outras atividades associadas à gestão de substâncias químicas. Reforçou que a Lei está posta e questionou se ela seria extrapolada.

A representante do MDIC, Adriana Pessoa, explicou que, quando se define a Taxa pelo exercício do poder de polícia, não é no sentido de ser permanente, mas no sentido de ser antônimo a irregular. É uma atividade considerada regular quando o poder de polícia é realizado dentro do órgão competente seguindo os processos legais.

O vice-coordenador da Conasq disse que a Casa Civil avaliaria a questão juridicamente

A Diretora de Qualidade Ambiental questionou se seria necessária uma avaliação jurídica ou se essa seria uma questão técnica.

A representante do MDIC, Adriana Pessoa, explicou que, o que havia sido discutido internamente no Ministério, do ponto de vista legal, é que há alguns pontos que comprometem bastante a questão da taxa, e que impactam bastante as empresas em termos financeiro, econômicos e de competitividade global. Afirmou que o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo. Do ponto de vista jurídico a Taxa deve possuir características referendadas pelo Superior Tribunal Federal: servir pelo custeio do que advém do poder de polícia e ser um tributo contraprestacional. Ou seja, o Estado cobra a taxa e, em contrapartida, entrega um serviço. É necessário que a Taxa possua referibilidade, ou seja, o valor arrecadado deve ser equivalente ao valor despendido pelo serviço público ou pelo poder de polícia. Não é necessário ter uma fórmula matemática. Ressaltou que não estava presente desde o início dos debates – no Grupo de Trabalho. Para que haja referibilidade, é preciso haver um estudo do valor da Taxa e de quando será gerado de arrecadação, para entender se há equivalência entre o custo e o serviço a ser prestado. Caso contrário, o princípio tributário no “não confisco” seria ferido. Isso implicaria no infringimento do direito do contribuinte à sua própria propriedade e, conseqüentemente, em choque com o direito de propriedade. Concluiu sua fala afirmando que, para que a taxa não nasça com vício de legalidade e constitucionalidade, seria necessário embasar o valor do exercício do poder de polícia para se chegar a um valor equânime e justo.

A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, lembrou que a Taxa não é inconstitucional, tendo sido sancionada sem vetos. Ou seja, essa questão foi superada no momento da sanção. Afirmou que o imbróglio seria muito mais jurídico do que técnico. Sugeriu aprovar o texto do Decreto. Indicou que talvez seria necessário haver discussão posterior com a Consultoria Jurídica e com a Casa Civil. Recomendou a discussão de questões técnicas, como faixas de volume para o cálculo da taxa e os valores.

A Diretora de Qualidade Ambiental reforçou que toda essa discussão está há mais de 10 anos na pauta. Reforçou a fala da representante da Casa Civil. De todo modo, visando acomodar todos os ânimos propôs excluir a obrigatoriedade do pagamento anual de taxa associado à Manutenção do Cadastro.

A representante do MDIC, Adriana Pessoa, disse que o MDIC considera importante haver essa discussão. Questões jurídicas precisam ter o respaldo da Consultoria Jurídica. O fato

de uma Lei ser aprovada não significa que ela é constitucional. A Lei nasce com a presunção de constitucionalidade, porém existem as ações de controle de constitucionalidade (Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)). Através desses mecanismos, leis e partes de dispositivos podem ser considerados inconstitucionais pelo STF. Reforçou que o ponto não é a existência da taxa, mas, sim, o valor: é preciso ter o dado para que a fixação do valor não seja inconstitucional. O valor em si não foi debatido. Recomendou verificar se seria possível uma reunião com a Consultoria Jurídica para que essa questão fosse debatida.

Feitas as considerações, ficou decidido que o dispositivo que estabelecia pagamento anual da Taxa para manutenção do Cadastro e do Inventário Nacional de Substâncias Químicas seria excluído.

Seguindo, iniciou-se uma discussão sobre os prazos para o pagamento da taxa. O texto original proveniente do Grupo de Trabalho (GT) Regulação de Substâncias Químicas estabelecia que a Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas seria devida a partir de 3 anos da implementação do Cadastro Nacional de Substâncias Químicas. A redação foi modificada de forma a estabelecer que o valor relativo à Taxa de Cadastro seria devido quando da finalização do cadastramento de substâncias químicas e de novas substâncias.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, sugeriu voltar ao texto proveniente do GT.

A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, falou que o efeito prático na vida do brasileiro seria ser o mesmo. Ao clicar no botão de finalizar o Cadastro, seria gerado o boleto. O cadastro poderia ser feito com antecedência ou apenas no último dia – isso não importaria. Cada indivíduo finalizaria o cadastro dentro da data mais conveniente.

A Diretora de Qualidade Ambiental disse que as empresas poderiam desejar finalizar o Cadastro o quanto antes.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, falou que isso seria uma questão operacional, havendo risco de sobrecarregar o sistema.

A equipe técnica do MMA apresentou o diagrama da Figura 1:



Figura 1. Linha do tempo do Cadastro

Não havendo objeções, ficou mantida a redação que estabelecia que a Taxa de Cadastro seria devida quando da finalização do cadastramento de substâncias químicas e de novas substâncias.

Avançando no capítulo sobre a Taxa, a *representante da Abiquim, Camila Hubner*, informou que não identificou como seria o pagamento de taxa para novas substâncias. A Lei estabelece que esse pagamento é obrigatório. Apresentou o seguinte exemplo: uma empresa com 10 novas substâncias com um volume previsto de produção, deveria pagar a Taxa de acordo com as faixas de volume previstas para importação ou fabricação de substâncias químicas.

O racional apresentado pela *representante da Abiquim, Camila Hubner*, foi aceito. Com isso, foram adicionados dispositivos para regulamentar o pagamento de taxa quando do cadastro de novas substâncias químicas.

Com isso, foi finalizada a análise do capítulo sobre a Taxa de Cadastro, Avaliação e Fiscalização de Substâncias Químicas.

2.2 Capítulo sobre a fiscalização

Os representantes da sociedade civil na Comissão propuseram um artigo para estabelecer que as resoluções, processos, atas de reunião, metodologias, rotinas e procedimentos, recomendações, pareceres, manifestações, análises, avaliações, recursos interpostos, lista das substâncias sob sigilo, e demais documentos que fundamentam a resultam dos trabalhos dos Comitês Técnicos e Deliberativo seriam publicados e atualizados periodicamente pela Secretaria em página eletrônica a ser criada pelo MMA para a finalidade de divulgação ao público, de acordo com a legislação pertinente.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, demonstrou preocupação em relação à publicação de atas de reunião em que os Comitês discutem questões consideradas sigilosas e sensíveis para a Indústria.

A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, afirmou que a intenção não seria essa e questionou como poderiam garantir acesso público às informações - mencionou a possibilidade de publicação do nome e número máscara.

A *Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, explicou ser necessário haver coerência entre as normas: a Lei 15.022/2024, em seu art. 29, já resguarda acesso público às informações. O objetivo é que os processos sejam públicos. O que a proposta quer garantir é que as atas, resolução, etc sejam publicadas no site.

O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, reforçou a necessidade de a população saber quais substâncias selecionadas para a avaliação de risco estão protegidas por sigilo. Sobre as atas, disse que as partes contendo informações confidenciais seriam protegidas pelo sigilo.

O *representante do Conselho Federal de Química, Alexandre Vaz Castro*, lembrou que o no art. 49 da minuta de Decreto, que prevê que o Comitê Deliberativo poderá emitir resoluções necessárias para execução das tarefas, já há previsão de que o Comitê deverá publicar as resoluções sobre sigilo. Falou que artigo proposto pela sociedade civil estaria extrapolando um debate que, na verdade, deve ser feito no âmbito do Comitê Deliberativo. Caberia ao Comitê Deliberativo decidir essa questão. Disse acreditar que todos têm bom senso e que o Comitê se debruçaria sobre essa questão.

219 *A Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, explicou que as leis
220 se complementam. A redação proposta repete dispositivos anteriores, que já estabelece que a lista
221 das substâncias será divulgada. No caso das substâncias sob sigilo, o nome e número máscara é
222 um mecanismo que garante a divulgação. A Lei de Acesso à Informação já diz os tipos de
223 documentos que podem ser divulgados. O texto proposto repete normativos já dados.

224 *A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci*, afirmou haver base legal garantindo
225 sigilo, não sendo necessário trazer isso para o Decreto. Qualquer jurídico retiraria a redação
226 proposta.

227 *A Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, explicou que há
228 Lei para garantir publicidade e sigilo, já estando tudo muito bem estabelecido.

229 O vice-coordenador mencionou o art. 29 da Lei 15.022/2024, explicando que as
230 informações do inventário são de acesso público, com exceção das ressalvas estabelecidas pelo
231 referido artigo.

232 *A representante da Abiquim, Camila Hubner*, falou que se o objetivo for publicizar as
233 informações para debater as decisões adotadas pelos Comitês, a Lei não funcionará.

234 *A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, esclareceu que em nenhum momento se
235 solicita a divulgação de informações confidenciais. Respeita o direito ao sigilo. Isso é assunto já
236 concluído. O que pretende é saber como colocar a definição de nome máscara no artigo proposto,
237 pois é um direito da sociedade saber que existe uma lista de substâncias sob sigilo que terão um
238 número e nome máscara – isso não é sigiloso.

239 O vice-coordenador informou que está taxativo, na proposta de Decreto, que a
240 identificação de nome e número máscara não é um dado sigiloso.

241 Com isso, a discussão foi encerrada. Acordou-se pela não inclusão do parágrafo
242 inicialmente proposto.

243 **2.3 Exclusões**

244 Esse tópico foi incluído como ponto de pauta pois a Secretaria-Executiva recebeu
245 proposta de redação do MAPA sobre este tema. O texto encaminhado versava que, além das
246 exceções previstas no art. 3º da Lei 15.022/2024, o Decreto regulamentador não se aplicaria às
247 substâncias químicas que possuam norma específica.

248 A equipe técnica do MMA explicou que não compete ao Decreto estabelecer exclusões
249 além daquelas previstas em Lei. Além disso, as exclusões da Lei, previstas no art. 3º são diferentes
250 das exclusões do cadastro, previstas no art. 8º.

251 *A representante do MAPA, Marina Veras*, mencionou o princípio jurídico de que quando
252 há normas gerais e específicas, aplica-se a norma mais específica. Disse que a Lei trouxe, na lista
253 de exclusões, tudo o que já possui regulamentação específica. Disse acreditar que a lista não é
254 exaustiva, pois pode haver outros casos. Demonstrou preocupação com o art. 3º, inciso IX, alínea
255 ‘e’ da Lei 15.022/2024 e com o que o termo “afins” englobaria.

256 O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, esclareceu que, em relação
257 às regulamentações gerais específicas mencionadas pela representante do MAPA, o princípio só
258 se aplica às normas de mesma hierarquia. Como Lei e Decreto possuem hierarquias diferentes, o

princípio não se aplica. Falou que o inciso IX do art. 3º exclui as substâncias que possuem regulamentação específica.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, reforçou que essa é uma discussão infundável. Explicou que será necessário haver guia específico para exclusões antes do Cadastro ser iniciado. Tudo deverá estar no guia, inclusive exemplos práticos.

O vice-coordenador lembrou que o subgrupo dedicado ao tema de exclusões não propôs um texto, para que essa discussão fosse mais bem amadurecida. A Lei 15.022/2024, apesar de ser sobre substâncias químicas, exclui produto em seu art. 3º. Trazer um texto para o Decreto pode ser positivo, mas também pode ser um complicador para o futuro.

O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, mencionou que as legislações de substâncias químicas em âmbito internacional utilizam a palavra “artigo” como sinônimo de produto. Citou como exemplo o sal, que é uma substância química, mas também é um produto.

A representante do MAPA, Marina Veras, disse prever um caos. Por isso, quis propor a redação.

O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, disse que a redação proposta seria difícil ser aceita.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, indicou que pode haver um plano de trabalho para que os guias comecem a ser elaborados. Esse tema deveria ser o primeiro.

O vice-coordenador lembrou que o subgrupo de exclusões havia indicado que isso deveria ser prioridade.

A representante do MAPA, Marina Veras, questionou se essa consulta não poderia ser feita à Consultoria Jurídica.

O vice-coordenador questionou que a Lei, quando utilizou o termo “agrotóxicos e afins” já não embarca os “afins” considerados motivo de preocupação.

A representante do MAPA, Marina Veras, esclareceu que não. Mencionou que desfolhantes e dissecantes, por exemplo, não são abarcados por esse termo.

O vice-coordenador reforçou que a questão das exclusões foi bastante discutida. Pelo entendimento extraído das discussões, não caberia a inserção do texto proposto. Questionou como um texto que não foi aprovado na Comissão poderia ser avaliado pela Conjur.

A representante do MAPA, Marina Veras, sugeriu consultar a Consultoria Jurídica sobre a possibilidade de colocar esse texto no Decreto.

O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, disse que a Consultoria Jurídica pode ser acionada e pode recomendar a inclusão do texto na minuta de Decreto. No entanto, se houver uma empresa que entenda que não se enquadre nas obrigações da Lei, enquanto o Ministério Público interpretar que deve entrar, isso se tornará uma questão jurídica.

O *vice-coordenador* reforçou que a preocupação é válida. Isso foi discutido anteriormente, quando se entendeu que isso era um complicador. Questionou como uma sugestão que não foi acordada na Conasq poderia ser inserida no Decreto.

A *representante do MAPA, Marina Veras*, disse entender que haveria concordância quanto ao mérito. Questionou se não seria possível fazer consulta à Consultoria Jurídica.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* lembrou que a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão seria para decidir sobre a minuta de decreto. Reforçou que o tema foi amplamente discutido há meses; houve formulário para envio de contribuições, e a Consultoria Jurídica do MMA participou das reuniões do GT Regulação de Substâncias Químicas. Informou que estavam na tentativa de fechar o texto, que não seria possível paralisar o processo por algo que não foi acordado e que surgiu na última reunião. O pleito da sociedade civil quanto à participação na sociedade civil nos Comitês requereu a elaboração de nota técnica para submissão do ponto à Consultoria Jurídica. Informou que os membros que se pronunciaram foram contra a inserção do texto. Mesmo que a Consultoria Jurídica do MAPA indicasse que o texto poderia ser inserido à minuta, a proposta estaria descolada da Lei.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, pontuou que a apresentação desse texto abre precedente para rediscutir exclusões.

A *representante do MAPA, Marina Veras*, disse que poderia fazer a consulta internamente; e informou que não impediria o andamento do debate. Informou que participou desde o início, mas que o setor não havia sido convidado a participar.

O *vice-coordenador* destacou que o setor participou, inclusive de reuniões do GT-Regulação de Substâncias Químicas, e encerrou o debate.

Outros membros da Conasq corroboraram a afirmação.

2.4 Capítulo sobre os Comitês Técnico e Deliberativo

2.4.1 Composição

Sobre este ponto, os representantes da Sociedade Civil encaminharam proposta para prever a participação de representantes da sociedade civil nos Comitês Técnico e Deliberativo e conectar as atividades desses Comitês com as atividades da Conasq. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, como encaminhamento da 3ª Reunião Extraordinária da Conasq, ficou de verificar, junto à Consultoria Jurídica, a legalidade da proposta, porém o prazo para resposta é posterior à reunião.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, reforçou o posicionamento colocado na 3ª reunião extraordinária da Comissão. Disse que o Comitê Técnico, como o nome sugere deve ser composto por um especialista de notório saber para avaliar o que está sendo posto sobre as substâncias, com as devidas competências e habilidades. Afirmou que é necessária a participação de profissionais especialistas nas substâncias a serem avaliadas. A Conasq possui papel gerencial e consultivo, de acordo com o Decreto 11.686/2023, e não técnico e operacional. A Abiquim se posicionou contra a inclusão da Conasq, de membros da sociedade civil ou de representantes do

333 setor industrial como membros dos Comitês estabelecidos pela Lei 15.022/2024, entendendo que
334 a governança foi estabelecida pela própria Lei.

335 O *vice-coordenador* disse entender que a inclusão de instituições fora da estrutura de
336 governo nos Comitês não seria pertinente.

337 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, lembrou que, na última reunião, ficou
338 decidido que seria solicitado um parecer da Consultoria Jurídica sobre o assunto e disse que
339 gostaria de ter acesso ao documento.

340 A *Diretora de Qualidade Ambiental* informou que o parecer não estava pronto.

341 A *Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, explicou que,
342 estudando a legislação e a vontade do legislador, fica claro que existe um racional quando da
343 estruturação da Lei; quando se estabeleceu no art. 19 a possibilidade de constituir grupo
344 consultivo, entende-se que a vontade do legislador foi clara em criar dois grupos distintos, sendo
345 um grupo de governo e um grupo consultivo, este segundo com participação da sociedade civil.
346 Ou seja, a vontade do legislador, indispensável para compreender a Lei, foi clara em separar esses
347 grupos, sendo os Comitês resguardados para o governo.

348 O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, disse entender a dificuldade em trazer
349 a sociedade civil para esse Comitê. No entanto, estão discutindo a questão ambiental e proteção
350 ao meio ambiente. Nesse sentido, a sociedade civil tem competência para participar dos Comitês,
351 não havendo conflito de interesses. O Brasil, como país que sempre inova na parte de meio
352 ambiente e saúde e a inclusão da sociedade civil não atrapalharia o governo. Falou que o pleito
353 da sociedade civil se mantém e indicou a necessidade de aguardar o parecer da Consultoria
354 Jurídica.

355 A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, corroborou o que havia sido dito pela *Chefe*
356 *de Divisão de Segurança Química do MMA*. O grupo consultivo é para subsidiar a avaliação de
357 risco, sendo necessário a participação de especialistas da academia, sociedade civil e setor
358 privado. No entanto, quem faz o trabalho são os Comitês. A governança escolhida foi de que o
359 poder público avaliaria as substâncias químicas.

360 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, indicou ser necessário o parecer da
361 Consultoria Jurídica para definir essa questão. Os clientes da Lei são toda a sociedade brasileira.
362 Quando se diz técnico pode se pensar nas ciências exatas, porém, na tomada de decisão, existem
363 várias formas dos saberes, inclusive a ética e a filosofia. Não seria correto restringir a definição
364 de especialista para aquele que tem determinado conhecimento pois isso restringiria o direito da
365 sociedade civil de indicar membros para o Comitê Técnico. A etapa de tomada de decisões é
366 crucial. Indicou ser necessário se espelhar na Comissão Nacional Técnica de Biossegurança
367 (CTNBio), que é uma comissão técnica, mas que tem a participação de setores sobre direitos do
368 consumidor, agroecologia, dentre outras áreas.

369 O *vice-coordenador* disse que competência não foi o mérito, mas a lógica de construção
370 da Lei 15.022/2024.

371 A *Diretora de Qualidade Ambiental* informou que a CNTBio é composta só por membros
372 de governo. Em caráter excepcional, outros entes podem ser convidados para a reunião. Não se
373 pode delegar a competência do executivo para a sociedade civil. Defendeu a participação em

374 todos os momentos possíveis e plausíveis. Relembrou que não se trata de um debate. Fez um
375 paralelo com o Comitê que avalia agrotóxicos. Disse que essa se tornará uma questão política.

376 A *Diretora de Qualidade Ambiental* questionou, ainda, como os dispositivos propostos
377 poderiam obrigar a sociedade civil a fazer análise de risco de substâncias priorizadas. Disse que
378 a proposta de texto está gerando uma série de questões. A proposta não foi colocada em nenhuma
379 fase anterior, nem no GT-Regulação de Substâncias Químicas, nem no formulário para
380 recebimento de comentários. Trata-se de uma proposta que muda a estrutura da legislação, sendo
381 apresentada em um momento final das discussões. A participação nos Comitês exige um
382 comprometimento e um dever de fazer que não pode ser delegado para instâncias não
383 governamentais.

384 O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, falou que o termo “técnico” não é só
385 cromatógrafo, fazer contas ou estatísticas. Ciência também é social, saúde e sociedade civil com
386 sua experiência empírica.

387 A *Diretora de Qualidade Ambiental* lembrou as recentes dificuldades relacionadas à
388 eleição de membros da Comissão Nacional de Segurança Química. A preocupação anteriormente
389 apresentada à Secretaria-Executiva foi de que haveria poucos representantes para compor a
390 Conasq e fazer o revezamento estabelecido pelo regimento interno. Questionou como seria
391 possível garantir que a sociedade civil disporia de pessoa dedicada exclusivamente para esse fim,
392 de maneira voluntária. Não seria apenas para participar de algumas reuniões por ano, mas, sim,
393 trabalhar com o tema.

394 O *vice-coordenador* disse que a questão não é o mérito de competência de órgãos mas a
395 lógica sob a qual a Lei 15.022/2024 foi construída.

396 A *representante da Fundacentro, Patrícia Dias*, sugeriu acrescentar um dispositivo
397 informando que os membros da sociedade civil poderiam ser convidados para participar das
398 reuniões dos Comitês.

399 O *representante do Conselho Federal de Química, Alexandre Vaz Castro*, disse que a
400 questão não seria convidar para as reuniões, mas, sim, ter um assento permanente nos Comitês.

401 A *Diretora de Qualidade Ambiental*, tentando acomodar os pedidos, sugeriu, em vez de
402 criar um grupo consultivo com mandato temporário, criar um grupo consultivo permanente.

403 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, elucidou que, quando comentou sobre a
404 CTNBio, referia-se à composição anterior. Sobre a proposição sugerida pela Diretora de
405 Qualidade Ambiental, lembrou que o grupo Consultivo não participa da tomada de decisão,
406 apenas delibera sobre a tomada de decisões. Reforçou que a Lei não veda a participação da
407 sociedade civil. Tudo o que foi falado está sendo remetido a uma questão jurídica. Assim, o
408 parecer jurídico que vai esclarecer os pontos levantados.

409 A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, explicou que já existe o grupo consultivo,
410 que foi criado pois o Comitê pode necessitar de subsídios advindos de especialista na matéria e
411 na substância a ser avaliada. O grupo consultivo prevê mandato temporário a ser definido pelo
412 Comitê Técnico. Já está tudo organizado, inclusive a forma de governança, já havendo espaço de
413 participação de quem possa subsidiar a avaliação de risco.

414 O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, falou que talvez um grupo consultivo
415 permanente fosse a solução.

416 A Diretora de Qualidade Ambiental, questionou se o decreto poderia criar um grupo de
417 caráter permanente, mesmo tendo a Lei estabelecido um grupo consultivo de caráter temporário.

418 A representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo, esclareceu que o decreto poderia criar
419 um outro grupo.

420 A Diretora de Qualidade Ambiental comunicou que a posição do Ministério do Meio
421 Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério da Saúde e dos demais órgãos é de que as
422 atribuições dos Comitês é um trabalho de governo. Sugeriu que todos refletissem sobre a questão
423 durante o intervalo de almoço. Indicou que não gostaria de levar o tema para votação – tal situação
424 seria ruim pelo debate construtivo feito até então.

425 O vice-coordenador pontuou a necessidade de ceder de todos os lados.

426 Os membros da Comissão fizeram um breve intervalo de almoço e retomaram as
427 discussões.

428 A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse não concordar com a proposta de um
429 grupo consultivo permanente. Disse que o intuito de tal grupo não estaria claro. A composição do
430 grupo por pessoas sem conhecimento técnico especializado poderia conferir um caráter político à
431 sua atuação.

432 O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, concordou que é uma
433 discussão técnica. Sugeriu trazer a Conasq como esse fórum permanente.

434 A representante do MAPA, Marina Veras, disse que o órgão não faz parte dessa Lei, uma
435 vez que já está prevista a exclusão de substâncias regulamentadas pelo MAPA. Questionou se
436 isso foi considerado ao longo das discussões e como isso ocorreria na prática.

437 O vice-coordenador explicou que isso já estaria no art. 25 da Lei 15.022/2024.

438 O representante do Ibama, Alan Alves, retomou a fala do representante da Fundação
439 Santo André. Disse entender o mérito e a proposição, porém possui dúvidas sobre a questão legal.
440 O grupo é temporário porque depende do plano de avaliação das substâncias químicas, possuindo
441 atuação na avaliação de risco e na definição das medidas de risco

442 O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, elucidou que o objetivo não
443 seria alterar o grupo consultivo temporário. Esclareceu que a Conasq poderia ser parte do grupo
444 permanente já sugerido anteriormente, trazendo-a para a minuta de Decreto.

445 A representante da Abiquim, Camila Hubner, falou que, para cada substância avaliada,
446 pode ser necessário um especialista diferente. Nem sempre o especialista poderá avaliar todas as
447 substâncias ou tipos de risco.

448 O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, pontuou que Conselho
449 Nacional do Meio Ambiente (Conama) seria um exemplo que dita normas, mas não composto
450 apenas por membros de governo.

451 A *Diretora de Qualidade Ambiental* esclareceu que o Conama é deliberativo para
452 resoluções. Há um departamento (Dsisnama) que coordena a Secretaria-Executiva. São criados
453 câmaras técnicas e grupos de trabalho que muitas vezes ficam esvaziadas pois não há pessoas
454 suficientes. Questionou como o Presidente criaria um comitê atribuindo competências para
455 sociedade civil e indústria.

456 O *representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano*, ressaltou a questão do
457 conflito de interesses: a indústria ajudaria a definir medidas sobre substâncias da própria indústria.
458 Decisões que seriam tipicamente estatais estariam divididas com a sociedade civil.

459 O *vice-coordenador* disse que não seria pertinente colocar, agora, a sociedade civil na
460 composição dos Comitês. Já havia a posição de ser contrária a isso. Houve insistência da
461 sociedade civil, e seria buscado o respaldo jurídico para justificar a posição.

462 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, disse compreender a posição. No entanto,
463 o entendimento da sociedade civil é de que houve muitas alterações desde que a Lei foi concebida.

464 A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, afirmou que sempre foi ponto pacífico de
465 que os Comitês seriam formados somente por órgãos de governo.

466 O *representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano*, disse entender que a ideia é
467 que a sociedade civil tenha ciência dos processos para poder agir sobre o que acontece. Perguntou
468 se não seria possível excluir a sociedade civil da composição dos Comitês e acrescentar um
469 dispositivo para dar publicidade às discussões dos Comitês.

470 A *representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci*, explicou que publicidade já é regida
471 pela Lei de Acesso à Informação.

472 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, explicou que acesso às atas de reunião
473 seriam uma informação pretérita. Restaria para a sociedade tomar providências. Querem um
474 processo transparente quanto à tomada de decisões.

475 A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, citou o art. 23 da Lei 15.022/2024, na qual
476 já está prevista a consulta pública. Afirmou que todos poderão se manifestar. Não precisam
477 participar do processo técnico. Não identificou nenhuma lacuna no processo.

478 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, falou que a questão da consulta pública já
479 tinha comentada anteriormente. Isso não atenderia ao pleito colocado pela sociedade civil.

480 O texto foi alterado de forma que, dentre as competências da Secretaria-Executiva dos
481 Comitês, foi inserida uma disposição sobre relatar periodicamente as atividades dos Comitês em
482 plenária da Conasq. Além disso, a Secretaria-Executiva deveria ouvir a Conasq quanto às
483 propostas de implementação das medidas de gerenciamento de risco. Adicionalmente, o Comitê
484 Técnico deverá manifestar-se quanto eventuais recomendações da Comissão.

485 Os membros da Sociedade Civil concordaram com a contraproposta apresentada.

486 Ainda sobre a Composição dos Comitês, o MDIC havia ficado de consultar o Inmetro
487 sobre sua participação no Comitê Deliberativo. O Inmetro indicou interesse em participar do
488 Comitê Deliberativo.

Não havendo outras divergências, a composição dos Comitês ficou definida com participação somente de representantes de governo.

2.4.2 Competências dos Comitês

A Sociedade Civil sugeriu inserir, dentre as Competências do Comitê Técnico, “Submeter proposta de inclusão na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes de substâncias químicas do escopo desta legislação avaliadas como poluentes orgânicos persistentes.”

A *Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos*, explicou que, segundo o texto da Convenção de Estocolmo, qualquer parte pode submeter uma substância para o Comitê de Avaliação de Poluentes Orgânicos Persistentes. Isso ocorre pois, normalmente, um país adota uma medida de controle sobre uma substância internamente. Consequentemente, o país submete a substância à Convenção.

Não havendo objeções, a sugestão de redação ficou aprovada.

3. Cadastro de novas substâncias

A equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima propôs estabelecer um tempo mínimo para o cadastro de novas substâncias, em consonância com o art. 12 da Lei 15.022/2024.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, reforçou o posicionamento colocado na reunião anterior. Disse que a Lei não fala de registro e a prestação da informação pode ser feita a qualquer momento, desde que antes da operação de fabricação ou importação. Sugeriu excluir o parágrafo proposto pelo MMA.

O *vice-coordenador* explicou que o cadastro deve ser prévio, independente do período. Não há menção à anuência.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, disse que a Lei é clara e a substância deve constar no inventário, no entanto não há um prazo.

A *representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci*, pontuou que, como o cadastro não demanda a ação do governo, pode ser efetuado momentos antes da produção. Não há motivo para exigir antecedência, uma vez que não exige resposta ou análise.

O *representante do Conselho Federal de Química, Alexandre Vaz Castro*, explicou que o caput do art. 12 da Lei 15.022/2024 traz a redação “conforme regulamento”. Então, não cabe debater se é preciso haver ou não um prazo; é preciso estabelecer um prazo. Cadastrar uma substância momentos antes não é razoável. Garantir a prestação de informações e conferência é uma necessidade mínima.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* disse ser necessário agir para evitar a má fé. Inicialmente o MMA propôs um prazo de 6 meses, o qual foi reduzido para 15 dias. Questionou qual seria um prazo negociável.

O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, disse ser importante haver tempo hábil para manejar o cadastro e verificar o que está sendo cadastrado. Isso é fundamental para o cadastro funcionar.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, questionou se haveria verificação manual das substâncias apresentadas.

A Diretora de Qualidade Ambiental informou que o sistema será inteligente. Haverá destaques, com o sistema podendo identificar, por exemplo, substâncias proibidas.

A fim de se chegar a um consenso, o prazo mínimo para o cadastro de novas substâncias foi mantido, porém reduzido para 1 dia.

4. Capítulo sobre o Cadastro

4.1 Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, falou que não adiantaria exigir a NCM no cadastro para fins de cruzamento com dados de comércio exterior. A sugestão é pedir essas informações no momento da avaliação de risco ou estabelecimento de medidas de gerenciamento de risco.

4.2 Especificação dos países de origem e cidade de entrada no Brasil, no caso das substâncias importadas

A representante da Abiquim, Camila Hubner, exemplificou o problema da exigência dessa informação: as substâncias que compõem uma mistura não necessariamente foram produzidas no país de origem daquela mistura.

A Diretora de Qualidade Ambiental explicou que, se a preocupação for essa, será adicionado um dispositivo prevendo que, para as substâncias contidas na mistura, deverão ser considerados o país de origem da mistura. Para a finalidade da Lei, a importância é a rota da substância.

O representante do Conselho Federal de Química, Alexandre Vaz Castro, disse não saber se caberia antecipar esse debate no decreto. Lembrou que o Comitê Deliberativo deverá editar resolução sobre questões envolvendo o cadastro.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que estava antecipando um problema que aconteceria.

Para sanar as preocupações, foi inserido o seguinte texto: “O Comitê Deliberativo estabelecerá formas alternativas de cumprimento da alínea ‘f’ do inciso I do caput”, sendo a alínea ‘f’ referente à especificação dos países de origem e cidade de entrada no Brasil, no caso das substâncias importadas.

Com isso, a redação ficou aprovada.

4.3 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Cnpj)

A representante da Abiquim, Camila Hubner, solicitou que o cadastro ocorresse por matriz da empresa.

A Diretora da Qualidade Ambiental pontuou que essa mudança implicaria no pagamento da taxa.

A representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci, disse que seria necessário estabelecer um critério único de cadastro.

O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, questionou se, no comércio exterior, a importação sempre seria feita pela matriz.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, explicou que nem sempre.

A Diretora de Qualidade Ambiental explicou que a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Ibama fala em pessoa jurídica. Não menciona matriz ou filial. O Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP) é por filial. Questionou por que a taxa da Lei 15.022/2024 seria diferente.

A representante do MDIC, esclareceu que o CNPJ é um dado de cadastro junto à Receita Federal. Necessário avaliar na prática.

A Diretora de Qualidade Ambiental explicou que, da maneira que a redação está escrita, a forma de cadastro está aberta.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que a questão deverá ser rediscutida. Trata-se de um impacto financeiro de milhões. Do jeito que está poderá ser cadastrado por matriz.

A representante do Sinproquim, Elaine Faquim, falou que a produção pode estar dividida entre as filiais.

A redação original foi mantida. Maiores instruções seriam fornecidas por meio de guias e manuais.

5. Definições

Foram analisadas as sugestões de definições encaminhadas pela ACPO.

Sobre o risco da substância, o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Airton Marinho, recomendou retirar o termo “de substância” após a palavra risco, visto que a definição dada não condizia com o risco da substância.

A representante da Fundacentro, Patrícia Dias, afirmou que o risco é inerente à situação em que ocorre a exposição.

A Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que o risco já vem com o complemento nominal ao longo do texto, informando que isso é risco da substância.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, disse que a definição de risco segue padrões mundiais. Questionou a necessidade criação de um novo conceito.

O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, discordou. Disse que os conceitos não servem para nada quando o trabalhador está exposto. É necessário deixar claro o perigo da substância. No gerenciamento isso deve estar bem definido.

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Airton Marinho, disse que a definição é uma coisa e o gerenciamento é outra. Citou o *purple book* do GHS, o qual possui um tópico específico com as definições de “hazardous” versus “risk”. Afirmou não ser apropriado que venhamos a colocar novas definições para confundir mais ainda as coisas, sugerindo que fosse uma questão apenas de copiar e traduzir da melhor forma possível, e não trazer mais um ponto para discussão.

O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, afirmou que, se tudo no *purple book* tivesse validade prática, não haveria ninguém exposto em local nenhum. Na realidade, quando há exposição ao risco, recebe-se por isso. No entanto, a indústria não paga insalubridade para todo o entorno.

Seguindo, foram analisadas as propostas de inclusão a definição de “risco de gerenciamento de substâncias” e “perigo no gerenciamento de substâncias”.

A Chefe de Divisão de Segurança Química do MMA, Marília Passos, explicou que o gerenciamento é uma das fases da avaliação de risco.

A Diretora de Qualidade Ambiental chamou atenção para o fato de as definições propostas não serem citadas ao longo da Lei ou do decreto; por isso, não cabe defini-las. Caso se mantenham, a Consultoria Jurídica recomendará a exclusão dos termos. Sugeriu que esses pontos poderiam ser definidos futuramente por meio das Resoluções dos Comitês.

O Presidente da Abiquim, André Passos, reforçou que o decreto não pode ir contra a vontade do legislador. Comentou que a sugestão é legítima, mas deve ser discutida em um ambiente de aprimoramento do decreto. Embora haja mérito e conteúdo não cabe inseri-la na minuta. Concordeu com a sugestão dada pela Diretora de Qualidade Ambiental.

O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, manteve sua colocação. Disse ser a oportunidade de esclarecer esses pontos. Discussão de risco e perigo é sempre uma discussão nova e nunca se chega a uma conclusão. Entendeu que a definição será discutida novamente no futuro estará detalhada em guias – sugeriu que isso poderia ser, inclusive, uma recomendação da Conasq. Pediu que isso ficasse registrado em ata.

A Diretora de Qualidade Ambiental confirmou que a demanda apresentada constaria em ata.

A representante da Fundacentro, Patrícia Dias, apontou em relação ao risco de criar uma definição que gere mais confusão. Pontuou que realizar uma discussão mais aprofundada quando da elaboração dos guias poderia ser o melhor caminho.

Feitas essas considerações, as sugestões de definições propostas pela ACPO não foram aceitas.

Não sendo levantado nenhum outro ponto de divergência em relação ao texto, a minuta de Decreto Regulamentador da Lei 15.022/2024 ficou acordada entre os membros da Conasq.

634 **6. Deliberação e aprovação do Termo de Referência do Grupo de Trabalho Permanente**
635 **(GTP) sobre Chumbo**

636 A minuta do Termo de Referência foi projetada para os membros da Comissão. Em
637 relação ao mérito, não houve divergências sobre o documento. Os membros propuseram ajustes
638 pontuais de redação nos tópicos de objetivos, aspectos metodológicos e resultados.

639 **7. Encerramento**

640 Em não havendo mais nada a ser tratado o *vice-coordenador* agradeceu a presença de
641 todos, desejou bom retorno e encerrou a reunião.